



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS  
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA  
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS  
MBA EM GESTÃO DE POLÍCIA OSTENSIVA**



FERNANDO PEREIRA DE SOUSA

**A OTIMIZAÇÃO DO ENSINO DE TÉCNICAS DE IDENTIFICAÇÃO DE FRAUDES  
VEICULARES NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS**

GOIÂNIA-GO

2024

FERNANDO PEREIRA DE SOUSA

**A OTIMIZAÇÃO DO ENSINO DE TÉCNICAS DE IDENTIFICAÇÃO DE FRAUDES  
VEICULARES NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso do MBA em Gestão de Polícia Ostensiva do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. Esp. Janssen Augusto das Graças Nunes.

GOIÂNIA-GO

2024

# A OTIMIZAÇÃO DO ENSINO DE TÉCNICAS DE IDENTIFICAÇÃO DE FRAUDES VEICULARES NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS

## OPTIMIZING THE TEACHING OF VEHICLE FRAUD IDENTIFICATION TECHNIQUES IN THE MILITARY POLICE OF THE STATE OF GOIÁS

Fernando Pereira de Sousa<sup>1</sup>  
Janssen Augusto das Graças Nunes<sup>2</sup>

### Resumo

O presente estudo debruçou-se sobre a gestão dos conhecimentos de Técnicas de Identificação de Fraudes Veiculares (IDV), ferramenta basilar da atividade policial, visto que na prática policial abordam-se inúmeros veículos e muitos deles são objeto de crime e, possivelmente, estes foram ou serão instrumentos para prática de outros delitos correlacionados. O problema de pesquisa orbitou no modo como se implementaria tais saberes aos policiais da Polícia Militar do Estado de Goiás bem assim como mantê-los constantemente atualizados. Busca-se, demais, trazer à tona os problemas que impedem que os policiais militares de Goiás tenham acesso aos conhecimentos de IDV bem como propor possíveis soluções. Para tanto, utilizou-se como recurso metodológico a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo, com aplicação de questionário bem assim uma entrevista a autoridade no tema. Dessa forma, por se tratar de conhecimentos básicos à atividade policial, observou-se ser mais adequado instruções com maior aplicabilidade prática em contraposição a cursos, sendo a criação de uma comissão, a semelhança da existente para atualização do POP, juntamente com a concepção de multiplicadores em todas as unidades do Estado Goiás, uma boa alternativa para espalhar esse conhecimento na tropa tal qual atualizá-la, além de um excelente ponto de partida para novos estudos focados nos processos metodológicos atuais de transmissão dos conhecimentos de IDV.

**Palavras-chave:** fraudes; veículos; conhecimento; instrução.

### Abstract

This study focused on the management of knowledge on Identification of Vehicle Fraud Techniques (IDV), a basic tool of police activity, given that in police practice countless vehicles are approached and many of them are the object of crime or are or will be instruments from him. The research problem revolved around how such knowledge would be implemented to the police officers of the Military Police of the State of Goiás, as well as keeping them constantly updated. The aim is also to bring to light the problems that prevent

---

<sup>1</sup>Aluno do Curso de Formação de Oficiais e do MBA em Gestão de Polícia Ostensiva do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás. Bacharel em Direito. Email: [fenando\\_765@hotmail.com](mailto:fenando_765@hotmail.com).

<sup>2</sup> Possui o Curso de Formação de Oficiais - Polícia Militar do Estado de Goiás (2012). Bacharel em Direito pela Universidade Salgado de Oliveira (2010). Aprovado no VI Exame de Ordem Unificado da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB (2011). Possui Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão das Ciências Penais: Nível Comando com Ênfase em Docência do Ensino Superior, pela Faculdade Albert Einstein (2012). Pós-Graduado em Gerenciamento de Segurança Pública (CEGESP), pela Universidade Estadual de Goiás - UEG (2022). Docente de diversas disciplinas, bem como do programa de Pós Graduação e Extensão do Comando da Academia de Polícia Militar (CAPM/PMGO). Atualmente é Major da Polícia Militar do Estado de Goiás. Email: [janssenunes@pm.go.gov.br](mailto:janssenunes@pm.go.gov.br).

the military police of Goiás from having access to IDV knowledge as well as possible solutions. To this end, bibliographical research, interviews with authorities on the topic, as well as the application of a questionnaire were used as methodological resources. Thus, as it is basic knowledge for police activity, it was observed that instructions with greater practical applicability were more appropriate as opposed to courses, with the creation of a commission, similar to the existing one for updating the POP, being a good alternative for updating of troops through multipliers throughout the State's police units, as well as an excellent starting point for new studies together with a focus on current methodological processes for transmitting IDV knowledge.

**Keywords:** fraud; vehicles; knowledge; instruction.

## 1 INTRODUÇÃO

A identificação de fraudes veiculares se traduz em ferramenta primordial para a Polícia Militar de Goiás no combate ao crime, sendo o Comando de Operações de Divisas – COD da PMGO uma das unidades referências nessa ceara, possuindo, inclusive, cursos internos para especializar ainda mais seus policiais. Há alguns anos o conhecimento que se tinha sobre o tema na Polícia Militar de Goiás era o que se compartilhava nos grupos de “*WhatsApp*” criados para tal fim. Posteriormente, começou-se a ter esse conhecimento de forma organizada, porém, ainda não atendia, e ainda não atende, as reais necessidades pragmáticas do serviço. O que se tem, que de fato dá suporte aos policiais, é o conhecimento empírico construído por alguns policiais da PMGO ao longo dos anos de trabalho na área, dispersos em diversos documentos.

Hodiernamente, quando se aborda um veículo, não se tem uma apostila ou manual que ensine onde está localizado cada elemento identificador, como chassi, número de motor, o formato ou gramatura das etiquetas autocolantes, etc. Havendo, tão somente, parâmetros gerais na legislação de modo que cada marca de veículo faz da forma que entende mais adequado. Observa-se, assim, que se padece de uma positivação, um documento/manual que sirva de consulta para que os policiais possam ter acesso, bem como de regras que tornem os sinais identificadores mais homogêneos quando da produção fabril dos veículos.

Ademais, quando da formação enquanto aluno soldado, ou até mesmo como aluno oficial (Cadete), atualmente, tem-se contato com esses conhecimentos, embora não muito aprofundado por conta das diversas outras disciplinas que são necessárias, fazendo com que a carga horária destinada para tal seja reduzida. Agregando-se a essa carência de carga horária frisa-se o fato de que, após sair da academia, passa-se muito tempo para retornar, tornando o

conhecimento adquirido rapidamente obsoleto em razão do dinamismo do tema bem como pelo fato de que se perde, com o decurso do tempo, o conhecimento outrora adquirido.

Há uma necessidade premente de, senão especialistas, mas pelo menos de policiais com boa gama de conhecimento concernente as técnicas de identificação de fraudes veiculares. Dessarte, discutir formas de disseminar esses conhecimentos na tropa da PMGO é crucial para o avanço do combate à criminalidade, pois, na grande maioria dos crimes perpetrados em território estadual tem-se a figura de um veículo, seja como objeto do crime, furto/roubo a veículo, seja como instrumento dele, como roubo a instituições financeiras, roubo/furto a pessoa, homicídios e etc., passando, tais veículos, muitas vezes por bloqueios e abordagens e, por falta de tal conhecimento, não são identificados.

Traveste-se de relevância ímpar, haja vista o pouco estudo sobre o tema, bem assim o fato que se busca aqui propor prováveis soluções de modo a contribuir para que a PMGO se torne referência no tema, assim como o é em diversos outros. Desse modo, é fundamental, que o conhecimento de técnicas de identificação de fraudes veiculares esteja presente em todas as regionais do estado de Goiás.

Esbarra-se, dessarte, em um grande obstáculo, qual seja, o que a Polícia Militar do Estado de Goiás precisa fazer para levar à tropa os conhecimentos relativos as técnicas de identificação de fraudes veiculares bem como mantê-la constantemente atualizada? Trata-se de óbice real e de difícil solução, porém, resolvendo tal situação certamente teremos um enfrentamento muito mais garrido contra a criminalidade.

Ademais, discutir e buscar soluções para essa problemática é de uma relevância social gigantesca. Pois, tendo a segurança pública como direito fundamental, trata-se de dialética que beneficia toda a sociedade vez que qualquer redução ou inibição dos índices criminais, traduzir-se-á em uma grande conquista para um Estado Democrático de Direito. Torna-se, então, premente, gerir tal anseio de modo a equalizá-lo da forma mais adequada e eficaz possível. Deste modo, o problema de pesquisa reside no modo pelo qual se implementará os conhecimentos de técnicas de identificação de fraudes veiculares a cada policial do estado de Goiás, mormente, na região metropolitana de Goiânia, bem assim como mantê-los atualizados sobre.

Com essa pesquisa busca-se, dessarte, identificar os problemas que impedem o acesso, pelos policiais militares de Goiás, aos conhecimentos relativos às técnicas de identificação de fraudes veiculares bem como as possíveis soluções, com vistas a disseminação desse conhecimento. Para tanto, visa-se identificar a carência, dos policiais

militares de Goiás, de conhecimentos acerca do tema; busca-se, ainda, detectar os problemas que dificultam a disseminação desse conhecimento pela tropa; e, por fim, propor alternativas para otimizar a gestão do conhecimento de técnicas de identificação de fraudes veiculares.

Como instrumentos metodológicos utilizou-se da pesquisa documental, através dos documentos de atendimento da PMGO, da entrevista, conversando com uma autoridade no assunto, da pesquisa quantitativa e qualitativa quando da análise dos dados obtidos, da pesquisa de campo, a partir da análise empírica, bem como de questionários.

Assim sendo, ao analisar formas de gestão de conhecimentos relativos à identificação de fraudes veiculares, busca-se, não somente soluções para equalizar esse conhecimento, mas despertar na PMGO a necessidade de mais discussões dessa natureza. Assim, é um obstáculo que invariavelmente passa pelas discussões referentes à gestão de conhecimento indispensável ao trabalho policial.

## **2 REVISÃO TEÓRICA**

A qualificação e aperfeiçoamento dos profissionais de segurança pública é, sem dúvida, de fundamental importância para prestação de um serviço de garantia da ordem social eficaz e de resultados desejáveis. Nessa linha, no conceito moderno de policiamento, a polícia como uma organização de serviços humanos, o policial é o elemento central da prestação de serviços policiais, necessitando dele uma maior autonomia na tomada de decisões de modo que a seleção, o treinamento, a educação, a economia e o status de recompensas necessitam de melhorias a altura das demandas sociais (Vanagunas, 2007, P. 53). Dessa forma, a gestão do conhecimento de técnicas de identificação de fraudes veiculares na Polícia Militar de Goiás, é uma tarefa que necessita de uma reflexão aprofundada, lastreada nos mais diversos estudos das áreas de gestão e de identificação veicular.

Nessa toada, Bayley (2006, p. 40 e 41) destaca a profissionalização como característica fundamental do policiamento moderno. Ou seja, a especialização funcional dos policiais para o exercício das atividades de policiamento ostensivo, o treinamento, a qualificação, o emprego de tecnologias modernas e etc., conjugados com organização da instituição, são fundamentais para a prestação de um serviço de segurança pública de excelência.

Ademais, não se torna possível tratar de capacitação e aperfeiçoamento sem levar em consideração as características dos seus destinatários, no caso em epígrafe, o policial, e em

específico o policial da Polícia Militar de Goiás, haja vista tratar-se de uma profissão extremamente complexa e rodeada de particularidades. Reforçando tal entendimento, preceitua a Matriz Curricular Nacional do Ministério da Justiça que precisa ser considerado o “projeto pessoal de formação” e a “identidade profissional” (Ministério DA Justiça *apud* Sousa, 2010, p. 26).

Para uma melhor compreensão da polícia de modo a não restar dúvidas no decorrer do estudo do tema, traz-se as impressões de Monjardet (2003, p.15 - 22) o qual ressalta que a polícia possui três dimensões: a primeira, um instrumento de poder; a segunda, um serviço público; a terceira, uma profissão. Tais aspectos, segundo ele, não são necessariamente harmônicos, podendo se confrontar em ações distintas e concorrentes, pois a atividade policial é permeada de tensões perenes entre os três. Nessa senda, destaca-se que os mesmos policiais que participam de ação altamente truculenta, em que os níveis de estresse são elevados aos limites máximos, são aqueles que acabam com um engarrafamento, salvam feridos de um acidente de trânsito etc. ou seja, lidam em um dia de trabalho da mais simples ocorrência a mais complexa, sendo que nenhuma será igual a outra, além do que atendem todo e qualquer tipo de anseio popular na seara da ordem pública.

Ainda quanto ao exercício da atividade policial, Bittner (2003, p.37) ressalta que a atividade policial é “extraordinariamente complexa, difícil e séria, que frequentemente exige grande habilidade e capacidade de julgamento.” Além do mais, a jornada de trabalho do policial militar é notoriamente diferenciada e maior, uma vez que se submete a regramento diferenciado do servidor comum e, em razão da função, passa por muita privação de sono e estresse, além de outros fatores. Assim, o que se depreende é que o policial está na grande maioria do tempo fadigado, pelos próprios aspectos da profissão, somada a pressão social de exigência da mais exímia atuação, de modo que todos esses fatores devem ser levados em consideração pelo gestor quando da equalização do conhecimento.

Tem-se, dessarte, um problema de gestão de pessoas e de conhecimento em que neste se perpassa pela abordagem de investimento, custo e valor dispendido pelas ações de educação (produção audiovisual e bibliográfica em geral, seminários, cursos, etc.), sendo imprescindível citar, porém não se aprofundar em razão de temas mais relevantes (Bergue, 2019, p. 148). Nessa linha, Meneses about Bergue (2019, p. 148) afirma:

A aquisição das competências – conhecimentos, habilidades e atitudes – necessárias à elevação da efetividade do trabalho pode se processar a partir de três categorias de

ações de capacitação: o **treinamento**, o **desenvolvimento** e a **educação** (MENESES *et al.*, 2010).

As ações de treinamento são aquelas que se relacionam as atividades corriqueiras nas organizações, feitas de forma mais mecanicistas (Bergue, 2019, p. 147 - 148). Já o desenvolvimento, que se relaciona diretamente com o tema em estudo, são os conhecimentos que visam o provisionamento de competências de “natureza técnica ou gerencial” com uma maior carga conceitual, exigindo reflexão e a capacidade de resolução de problemas, cursos de “aperfeiçoamento”, “de extensão” e de “desenvolvimentos de liderança” (Bergue, 2019, p. 149). Por outro lado, a educação refere-se a cursos de graduação e pós-graduação (Bergue, 2019, p. 149). Observa-se, assim, que o primeiro está aquém dos conhecimentos de técnicas e procedimentos de identificação de fraudes veiculares e este último está além do que se propõe este estudo, sendo mais adequado o desenvolvendo.

Quanto a gestão de pessoas Botelho e Maduro (2017, p. 03) destacam que:

A forma de lidar com as pessoas, dentro dos ambientes organizacionais, vem a ser o diferencial para o sucesso do negócio; daí a necessidade de entendermos, tanto o significado do termo gestão de pessoas, quanto as novas tendências de abordá-las: “Organizações bem sucedidas tratam seus colaboradores como parceiros do negócio e fornecedores de competências, não como simples empregados contratados” (Fisher et al., 2002, p.12).

O foco, dessa forma, deve estar nas pessoas, nos policiais, que fazem a corporação funcionar, cabendo ao gestor no seu trato com os seus subordinados fazer esses policiais entregar o que de melhor tem a oferecer assim como cativar o interesse e a necessidade do aperfeiçoamento e qualificação profissional.

Flaury e Fisher *apud* Botelho e Maduro (2017, p. 04) afirmam que gestão de pessoas é a reunião de várias políticas e práticas pré-fixadas de uma organização com vistas a nortear o comportamento humano e suas interações, “relações interpessoais”, no âmbito do desenvolvimento do trabalho, com fito de, por intermédio de um conjunto integrado de processos, confeccionar talentos, cuidando do material humano da instituição, que é o supedâneo do seu sucesso bem como “o elemento fundamental do seu capital intelectual”. As pessoas podem majorar ou diminuir as forças e as fraquezas de uma organização a depender de como são gerenciadas, podendo ser fonte de sucesso ou fonte de fracasso, assim, para que as finalidades da gestão de pessoas sejam plenamente concretizadas as pessoas devem ser tratadas como elementos básicos para a eficácia organizacional (Chiavenato, 2014, p. 11).

Nessa perspectiva, a estrutura de formação e aperfeiçoamento da Polícia Militar do Estado de Goiás, faz com que o militar, principalmente a praça, que é quem tem a função de execução e passa mais tempo nas ruas, tenha pouco contato com técnicas de identificação de fraudes veiculares durante a formação na academia bem como fique muito tempo sem retornar a ela ou sem ter a oportunidade de aperfeiçoar e atualizar os conhecimentos atinentes ao exercício da atividade, ainda que de modo EAD.

Embora conste na grade curricular do Curso de Formação de Praças a matéria de Identificação de Fraudes Veiculares, são poucas horas destinadas a esse tema. O que, dada a extensão e complexidade da matéria, é possível que em boa parte dos casos não sejam capazes de identificar um veículo furtado/roubado que tenha sido feita a adulteração dos seus sinais identificadores, quando das abordagens rotineiras do dia a dia de trabalho, salvo aqueles que, por iniciativa, busquem se aperfeiçoar e imergir nesse mundo. Por outro lado, é salutar pontuar que, durante o curso de formação, o volume de conteúdo necessário a assimilar para ingresso na vida militar é gigantesco e, em grande parte necessário, sendo muitas das vezes prejudicial reduzir uma ou outra matéria em prol dessa, sem contar que com a experiência da atividade desempenhada nas ruas o conhecimento adquirido seria muito melhor provisionado.

Ainda nessa senda, dispõe a Lei Ordinária 15.704 de 2006 (que institui o Plano de Carreira de Praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás) que:

Art. 14-A. Constituem requisitos indispensáveis para a inclusão de nomes de militares em quaisquer dos Quadros de Acesso:

[...]

III – aprovação em Teste de Aptidão Física (TAF), conforme disposições insertas em normas específicas de cada Corporação;

IV – conclusão com aproveitamento, exceto nos casos de passagem para a reserva remunerada, até a data de promoção, dos seguintes estágios:

a) Estágio de Adaptação de Cabos (EAC) ou equivalente, para promoção à graduação de 3 o Sargento;

b) Estágio de Adaptação de Sargentos (EAS) ou equivalente, para promoção a 2 o Sargento.

§1º Para promoção à graduação de 1º Sargento do Quadro de Praças Policiais Militares (QPPM) e do Quadro de Praças Combatentes do Corpo de Bombeiros Militar (QP/Comb), será exigida, ainda, a conclusão do Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS), com aproveitamento, até a data da promoção. (Goiás, 2006, p. 5)

Nessa linha, considerando a regra geral e o que dispõe a supramencionada lei, formando na academia, o policial será promovido a Soldado Primeira Classe ao término de 2

anos do ingresso na instituição; após 5 anos a Cabo; após 3 anos a 3º Sargento; após 3 anos a 2º Sargento, quando, então, retorna a Academia de Polícia para fazer o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS) (Goiás, 2006, p. 5). Embora tenha feito o EAC e o EAS, estes são cursos EAD e de carga horária reduzida, tratando de técnicas de identificação de fraudes veiculares, com 20 horas em cada curso, tema importante, porém por ser EAD não tem a prática necessária ao desenvolvimento das competências no tema (Polícia Militar, 2023). O CAS possui carga horária de 15 horas de IDV (Polícia Militar, 2023). No Curso de Habilitação de Oficiais Auxiliares são também 15 horas destinados a Identificação de Fraudes Veiculares (CHOA) (Polícia Militar, 2023). Já no Curso de Formação de Oficiais possui carga horária de 20 (vinte) horas (Polícia Militar, 2023).

Dessa forma, após concluir o CFP o militar passa, em regra, no mínimo, 13 (sete) anos sem retornar à Academia de Polícia e 05 (cinco) anos sem contato com Identificação de Fraudes Veiculares (Goiás, 2006, p. 5).

Outrossim, é possível aduzir que o policial passa muito tempo sem cursos de atualização e aperfeiçoamento e, principalmente, de cursos que tratam do tema de identificação veicular. Dessa forma, dado o dinamismo do tema, torna-se paulatinamente obsoleto o conhecimento outrora adquirido, principalmente, pelo fato de, após sair da academia passar cerca de 5 anos para fazer o primeiro curso para progressão na carreira, o EAC.

Não obstante seja o conhecimento empírico (adquirido com o desenvolvimento das atividades típicas de polícia ostensiva) de fundamental importância para o mister da atividade policial, é indispensável o conhecimento teórico-prático.

Nessa linha, Menke, White e Carey (2007, p. 86) pontua que:

Em curto prazo, devido ao insucesso em suas missões e na identificação de problemas internos que tenham contribuído para tal fracasso, as forças policiais se voltaram para a ideologia da profissionalização, para chegar a uma administração bem sucedida desses problemas de ordem social.

Embora a Polícia Militar de Goiás seja referência nacional em Segurança Pública, existem problemas que necessitam de resolução, e a gestão do conhecimento de técnicas de identificação veicular é mais uma ferramenta que pode ajudar a combater essas antinomias. Destarte, Menke, White e Carey (2007, p. 87) ressaltam a importância da discussão do estudo e da atualização (da profissionalização do policial militar) do conhecimento para o êxito das

operações bem como as mais diversas atividades atinentes ao mister da profissão relacionados ordem pública. Complementando, Ahern *apud* Menke, White e Carey (2007, p. 87) ressalta que o ponto primordial para um policiamento eficaz e de resultados desejáveis é focar nos profissionais responsáveis pela prestação do serviço, como destacado no início.

Dessa forma, é imprescindível delinear acerca do treinamento de pessoas. Chiavenato (2014, p. 310), trazendo um conceito moderno, afirma que treinamento é “um meio de desenvolver competências nas pessoas para que elas se tornem mais produtivas, criativas e inovadoras a fim de contribuir melhor para os objetivos organizacionais e se tornar cada vez mais valiosas”. Ou seja, trata-se do desenvolvimento das competências – conhecimento, habilidade e atitude – necessárias a melhorar o desempenho de um cargo (Chiavenato, 2014, p. 310).

Cabe salientar que, não obstante a similaridade de métodos existentes entre o treinamento e o desenvolvimento, a visão de tempo de cada um são distintas (Chiavenato, 2014, p. 311). “O treinamento é orientado para o presente, focalizando o cargo atual e buscando melhorar as habilidades e competências relacionadas com o desempenho imediato do cargo” (Chiavenato, 2014, p. 312). O desenvolvimento de pessoas vislumbra os cargos que se irá futuramente ocupar na organização bem assim as novas competências e habilidades que se requererá (Chiavenato, 2014, p. 312).

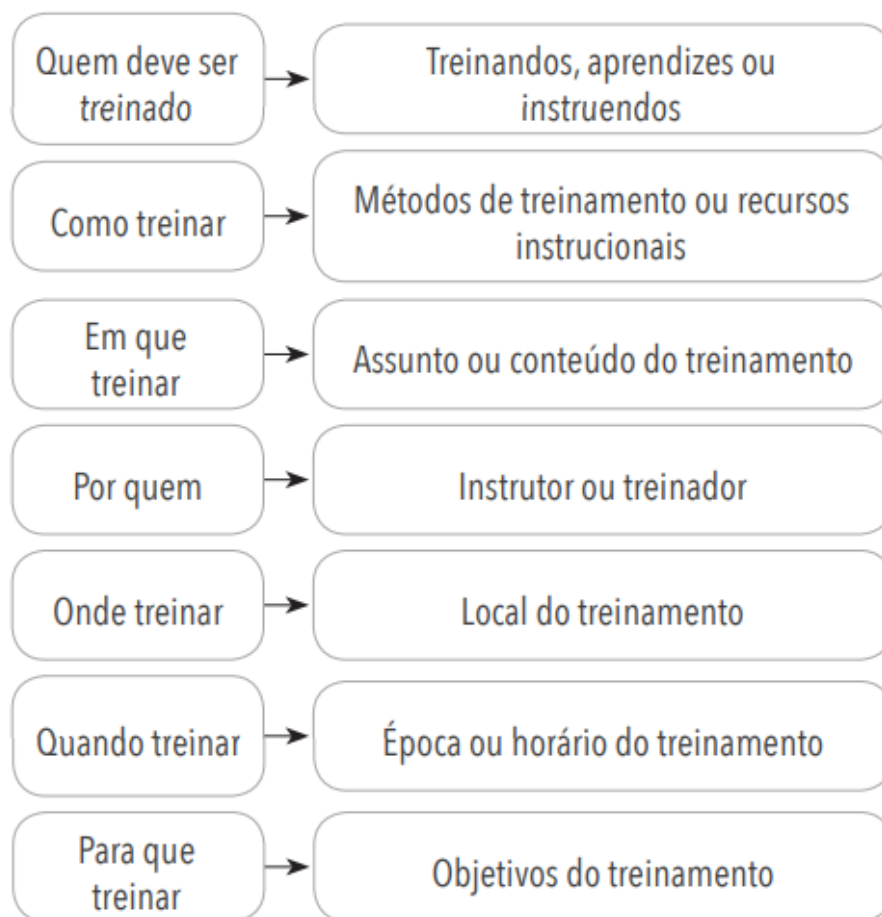
De acordo com Chiavenato (2014, p. 310) “O treinamento pode estar focado na preparação das pessoas para o trabalho em si – em função do cargo – ou para fornecer valor agregado e resultados para a organização – em função das competências a serem criadas ou desenvolvidas”. Embora esse autor afirme que as organizações vêm, paulatinamente, mudando o tipo de treinamento – do em função do cargo para o em função das competências –, no caso do presente estudo, por ser uma instituição pública com atividade típica de estado e está se focalizando em conhecimentos bem específicos, traveste-se de maior adequabilidade o treinamento com foco na preparação para o trabalho em si, vez, também, que o foco maior são os executores e não os gestores da instituição.

Ademais, parte-se a modo pelo qual se desenvolve esse treinamento que se delinea em quatro fases: o diagnóstico, “levantamento das necessidades ou carências de treinamento a serem atendidas e satisfeitas”; o desenho, “elaboração do projeto ou do programa de treinamento para atender às necessidades diagnosticadas”; a implementação “execução e condução do programa de treinamento”; e a avaliação, “verificação dos resultados obtidos com o treinamento” (Chiavenato, 2014, p. 312).

Nessa linha, pontua-se que existem cinco níveis de análises para se fazer o levantamento da necessidade de treinamento, são eles:

Os programas de treinamento devem estar alinhados com as necessidade estratégicas da organização, para tanto traz-se um mapa de treinamento de Chiavenato:

Figura 1 – Programa de Treinamento

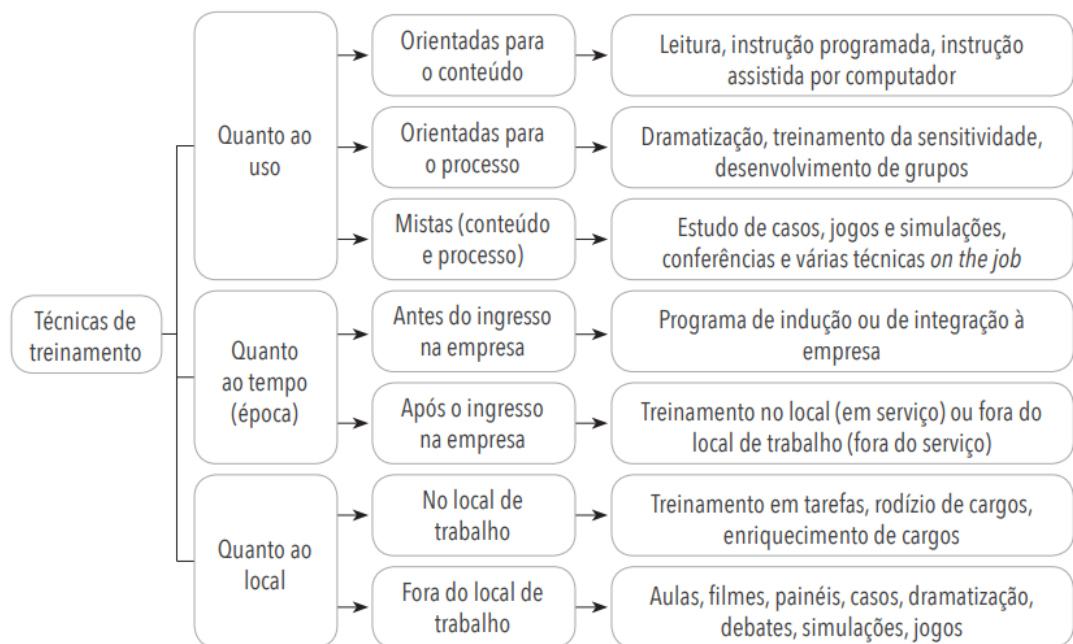


Chiavenato (2014, p. 319)

Observa-se, assim, uma série de aspectos a serem considerados, por exemplo, todas as vezes que for submeter o policial a uma atualização de treinamento sobre IDV ele será retirado de sua Regional/Batalhão/Companhia? Ou seja, local do treinamento.

Quanto a execução do treinamento existe inúmeras formas de se procedê-lo:

Figura 2 – Classificação da tecnologia educacional de treinamento



Chiavenato (2014, p. 324)

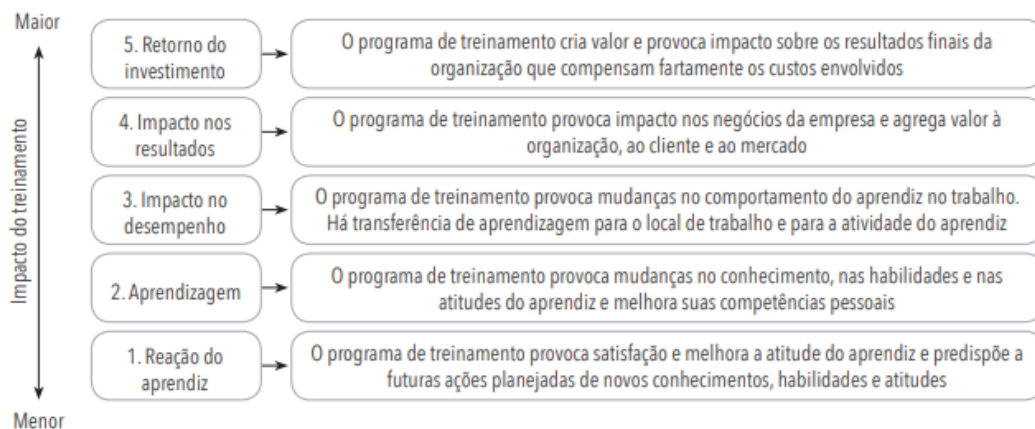
Quando da escolha adequada para o caso de treinamento a instituição militar e de segurança pública esses dois fatores devem ser considerados principalmente quanto ao fato de ser um serviço ininterrupto.

“A etapa final é a avaliação do programa de treinamento para verificar a eficácia e confirmar se o treinamento realmente atendeu às necessidades da organização, das pessoas e dos clientes” (Chiavenato, 2014, p. 328). As medidas primordiais para avaliar o treinamento são: custo, “o valor investido no programa de treinamento?”; qualidade, “como o programa atendeu às expectativas?”; serviço, “o programa atendeu às necessidades dos participantes?”;

rapidez, “como o programa se ajustou aos novos desafios oferecidos?”; resultados, “quais foram os resultados do programa?”, de modo que, para se saber se o programa atendeu aos objetivos, todas as respostas tem que ser positiva (Chiavenato, 2014, p. 327).

Chiavenato (2014, p. 328) aponta quatro níveis de resultado para avaliação do treinamento e mais um que surgiu posteriormente para avaliar se os objetivos do treinamento bem como se valeu a pena os quais a figura a baixo ilustra muito bem:

Figura 3 – Avaliação dos resultados do treinamento



Chiavenato (2014, 328)

Ademais, o que dá suporte aos agentes de segurança pública é o conhecimento empírico construído por alguns policiais da PMGO ao longo dos anos de trabalho na área, dispersos em diversos documentos (informação verbal)<sup>3</sup>. Não existe, como em outras matérias, um documento (apostila ou livro) que sirva de suporte aos policiais para o melhor desempenho das suas funções (informação verbal)<sup>4</sup>. Dessa forma, não se tem uma apostila ou manual que ensine onde está localizado cada elemento identificador do veículo, como chassi, número de motor, o formato do elemento identificador, gramatura das etiquetas autocolantes,

<sup>3</sup> Fala do Major QOPM Renyson Castanheira Silva durante aula de Identificação de Fraudes Veiculares ministradas à 47ª Turma do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado de Goiás.

<sup>4</sup> Fala do Major QOPM Renyson Castanheira Silva durante aula de Identificação de Fraudes Veiculares ministradas à 47ª Turma do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado de Goiás.

etc. Havendo, tão somente, parâmetros gerais na legislação de modo que cada marca de veículo faz da forma que entende mais adequado.

Não existe, também, critérios rígidos dos órgãos responsáveis pela regulação (Contran, Senatran etc.) no que tange a padronização dos sinais que as identificam em cada marca, medida que otimizaria e facilitaria o combate à adulteração bem assim ao furto/roubo de veículos.

Nessa perspectiva, importa pontuar que, de acordo com levantamento preliminar da Polícia Federal em 2011 na Bolívia, foram localizados 3.000 veículos que foram furtados/roubados no Brasil, grande parte desses são usados para a compra de armas e cocaína – “em esquemas que algumas vezes envolvem contrabandistas e traficantes brasileiros operando na Bolívia” (Senado Federal, 2011).

Torna-se a citar a Academia de Polícia Militar de Goiás – Academia Conde dos Arcos, pois, sendo ela uma escola de governo, tem a incumbência do gerenciamento do conhecimento na Polícia Militar de Goiás. Bergue (2019, p. 151) ressalta:

A gestão do conhecimento pode ser considerada, portanto, o negócio das escolas de governo ou escolas de gestão no âmbito da administração pública. A partir disso, em linhas gerais, a função institucional de uma escola de governo pode desenvolver-se em torno da noção de articulação da produção, da disseminação e no suporte à mobilização de conhecimentos e de tecnologias em gestão pública.

Destarte, a polícia Militar de Goiás tem uma ferramenta que poucas polícias do Brasil possuem, qual seja a Academia de Polícia Militar Conde dos Arcos, uma escola de governo.

É salutar, para melhor compreensão do tema, destacar o que vem a ser Identificação de Fraudes Veiculares. De acordo com Cardoso (2018, p.16) e a apostila de Técnicas e Procedimentos de Identificação Veicular do curso EAD da Senasp, trata-se do estudo dos elementos identificadores dos veículos automotores, dos seus respectivos documentos bem como das Carteiras de Habilitação, Permissão para Dirigir e Autorização para Conduzir Ciclomotor, através da legislação vigente que regula a matéria de modo a poder identificar qualquer adulteração na fiscalização feita diuturnamente pela Polícia Militar de Goiás. Motivo da importância do tema para o combate de dois grandes problemas enfrentados no trabalho policial, “o roubo/furto e a fraude em veículos e respectivos documentos” (Ministério da Justiça, 2022, p. 05).

Dessa maneira, a criação de cursos regulares de Identificação de Fraudes Veiculares com vistas a municiar a tropa desse conhecimento é uma alternativa, porém, esbarra-se em alguns problemas, tais como o sigilo que permeia o tema bem como o custo de se capacitar toda a tropa. Para o segundo, usar do recurso da educação a distância juntamente com instruções presenciais (ensino híbrido), vai minimizá-lo. Quanto ao primeiro, poder-se-ia fazer, com as devidas adequações, semelhante ao que acontece no Batalhão de Operações Especiais, em que se tem o Explosivista, ou seja, mobilizar, por meio dos comandos regionais, policiais que tenham interesse no tema e que possuem o perfil adequado de confiança e sigilo para fazer o curso com o mais alto grau de qualidade e capacitação, convidando como instrutores as referências no tema de modo que se teria, em cada unidade do estado, de serviço, pelo menos um especialista em Técnicas e Procedimentos de Identificação de Fraudes Veiculares.

### **3 METODOLOGIA**

Trata-se de estudo por intermédio de análise bibliográfica bem como pesquisa de campo (Lakatos e Marconi, 2003, p. 183 e 186). Ou seja, buscou-se, inicialmente, trazer a efeito os supedâneos que fundamentam a pesquisa para, só então, através de técnicas e procedimentos metodológicos, partir para o campo com vistas a demonstrar o que a revisão bibliográfica teorizou, bem assim buscar soluções ao tema (Lakatos e Marconi, 2003, p. 183 e 186). Ademais, procedeu-se por meio de técnicas de levantamento bibliográfico, análises documentais, além da análise indireta de dados, bem assim se fará uso de entrevistas a autoridades no assunto e de questionários, visando detectar os problemas e suas possíveis soluções acerca da problemática da otimização do ensino dos conhecimentos de técnicas de identificação de fraudes veiculares na PMGO (Lakatos e Marconi, 2003, p. 183, 186 e 188).

Dessarte, fez-se uso da análise documental, através do estudo dos planos de curso do Estágio da Aperfeiçoamento de Cabos (EAC), do Estágio da Aperfeiçoamento de Sargentos (EAS), do Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS), bem como dos planos de curso do Curso de Formação de Oficiais (CFO), do Curso de Habilitação de Oficiais Auxiliares (CHOA) e do Curso de Formação de Praças (CFP) (Lakatos e Marconi, 2003, p. 174 e 175).

Outrossim, buscou-se, embora não se tenha logrado êxito, analisar os dados relativos as ocorrências em que a solução se deu com o auxílio de técnicas e procedimentos de identificação de fraudes veiculares com fito de demonstrar a necessidade de disseminação, na

tropa da Polícia Militar de Goiás, desses conhecimentos e ressaltar a magnitude e dimensão que o tema possui na garantia da ordem pública (Lakatos e Marconi, 2003, p. 175).

Procedeu, também, entrevista a autoridade no tema, oficial superior pertencente a Polícia Militar de Goiás, com vistas a explorar a experiência, vivência e conhecimento empírico que possuem para, assim, sondar-se os possíveis problemas existentes na equalização dos conhecimentos de técnicas de identificação Fraudes veicular bem como identificar soluções a estes (Lakatos e Marconi, 2003, p. 183 e 186).

Por derradeiro, aplicar-se-á questionário a fim de se ter um termômetro da tropa a respeito do tema tendo como espaço amostral os policiais do Comando da Academia de Polícia Militar. Buscar-se-á a detecção das deficiências acerca do tema na Polícia Militar de Goiás e as regiões com maiores carências dessas técnicas e procedimentos. Almejar-se-á, ademais, o meio mais eficaz e adequado para se propagar esse conhecimento na tropa sem alterar a rotina dos policiais de modo a potencializar e tornar o assunto mais atrativo (Lakatos e Marconi, 2003, p. 166, 188, 190 e 195).

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Foram realizadas pesquisas de campo consistentes na aplicação de um questionário via “*google forms*”, com dezoito perguntas, bem como uma entrevista feita a um oficial do quadro de combatentes da Polícia Militar de Goiás.

No primeiro caso, aplicou-se o questionário à 57 policiais militares, entre praças e oficiais, na Academia de Polícia Militar, em que estão em curso policiais de todo o Estado de Goiás (CAS, CHOA e CFO), bem como em outras unidades, em que mais de 60% dos entrevistados possuem mais de 5 anos de serviço na corporação. Quanto a entrevista, buscou-se quem possuía autoridade em gestão, de conhecimentos e de pessoas, de modo que foi entrevistado oficial superior especialista em ensino.

Dessa forma, a partir dos problemas detectados com a pesquisa desenvolvida, buscou-se identificar as potenciais causas da carência da tropa, de conhecimentos de Identificação de Fraudes Veiculares bem como analisá-las de forma sistemática para, assim, chegar-se a raiz do problema, de modo à vislumbrar possíveis soluções.

Nessa linha, perguntado se o policial se encontra em algum curso de Identificação de Fraudes Veiculares (IDV) fornecido pela Polícia Militar bem assim a frequência em que se tem acesso, 66,1% dos entrevistados responderam que não estão participando de curso e

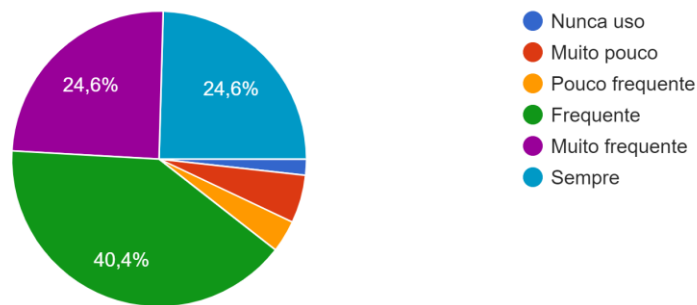
33,9% que estão. Quanto à regularidade, 7,4% responderam que tem acesso a curso todos os anos; 42,6% a cada 2 ou 3 anos; 25% a cada 4 ou 5 anos; 1,9% a cada 6 ou 7 anos e 22,2% a cada 8 anos ou mais. Observa-se, assim, que, embora com uma baixa regularidade, são fornecidos cursos pela instituição.

Ademais, indagado acerca da regularidade ideal da realização de cursos de IDV, 73,2% dos milicianos responderam que a aplicação de cursos deveria ser anual e 26,8% que deveria ser a cada 2 ou 3 anos. Infere-se, dessarte, que, do ponto de vista da tropa, quanto mais regularidade dos cursos mais preparo se teria.

Figura 4 – Necessidade dos conhecimentos de IDV

07 - Com que frequência, no exercício profissional, você necessita dos conhecimentos atinentes IDV?

57 respostas



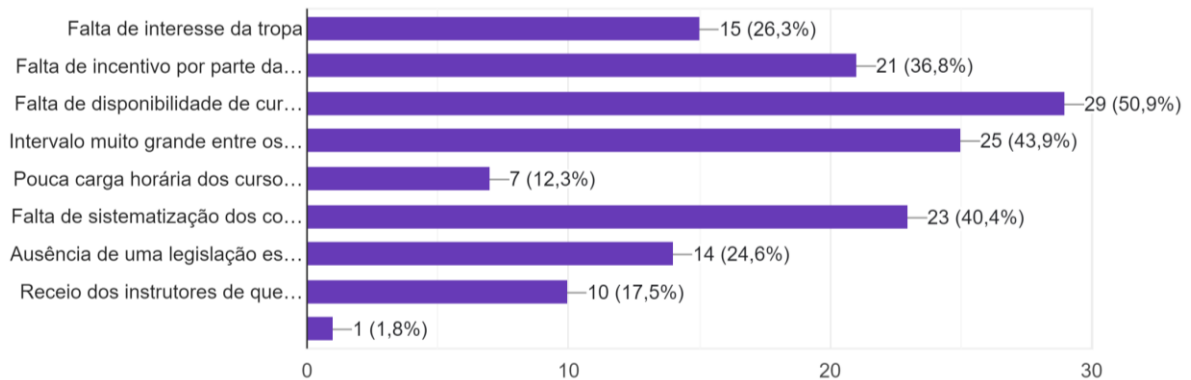
Fonte: Autor (2024)

Com relação à frequência da necessidade de utilização dos conhecimentos em IDV na atividade profissional, 40,4% dos entrevistados responderam precisam que dos conhecimentos de IDV frequentemente, enquanto que 24,6% necessitam com muita frequência e 24,6% disseram que sempre usam.

Figura 5 – Barreiras ao acesso de conhecimentos de IDV

08 - Quais são as maiores barreiras para o acesso aos conhecimentos de IDV? Admite-se a marcação de mais de um item.

57 respostas



Fonte: Autor (2024)

Outrossim, quanto as barreiras que dificultam o acesso a tais conhecimentos, quatro foram apontadas como as principais: 50,9% indicaram falta de disponibilidade de cursos regulares na área, 43,9% apontaram o intervalo muito grande entre os cursos oferecidos, 40,4% citaram falta de sistematização dos conhecimentos de IDV, o quarto fator mais indicado, com 36,8%, foi falta de incentivo por parte da corporação. Salienta-se que, pela natureza dessa pergunta admitia-se, excepcionalmente, a marcação de mais de uma resposta.

Questionado, ainda, se há uma correlação entre a atividade operacional e os conhecimentos de IDV, 45,6% suscitararam que estão diretamente ligados e 38,6% que são muito correlacionados. Já quanto a adequabilidade de acesso aos cursos oferecidos, 8,8% afirmaram que o acesso é absolutamente adequado, 31,6% que é muito adequado, 35,1% que é pouco adequado e 22,8% que é muito pouco adequado.

Nessa senda, indagou-se se a Polícia Militar de Goiás prover os recursos suficientes para capacitação da tropa em conhecimentos de IDV, tais como cursos com a regularidade, material e a carga horária adequada, etc. 3,5% informaram que ela fornece todos os recursos necessários, 17,5% que, embora não forneça todos os recursos necessários, fornece muitos recursos, 38,6% que fornecem poucos recursos, 36,8% que fornecem muito poucos recursos e 3,5% que não fornecem nenhum recurso.

Já quanto a adequabilidade dos cursos oferecidos a atividade operacional, 7% afirmaram que atendem as necessidades operacionais, 29,8% suscitararam que, não obstante não atendam todas as necessidades operacionais, os cursos são “muito adequado” a estas,

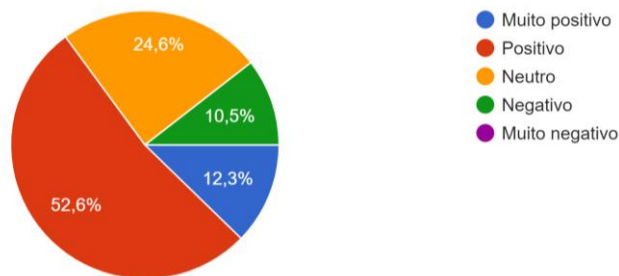
47,4% que são pouco adequados, 12,3% que são muito pouco adequados e 3,5% que não tem nenhuma adequabilidade.

Quando suscitado se recebeu instruções de IDV adequadas ao desempenho de suas funções como policial militar, seja em curso de formação ou atualização/aperfeiçoamento: 5,3% afirmaram que sim, 35,1% que, não obstante não tenham recebido todas as instruções necessárias, estas foram muito adequadas ao desempenho da função, 43,9% consideraram pouco adequada, 14% muito pouco adequada e 1,8% que não tinha nenhuma adequabilidade.

Ainda assim, foi perguntado se a instituição Polícia Militar motiva a tropa, por intermédio de seus superiores, a buscar por conhecimentos de IDV. 10,5% responderam que sempre; 45,6% que as vezes; 38,6% que raramente e 5,3% que nunca. Já quanto ao próprio interesse do policial em buscar por esses conhecimentos, 7% disseram que é muito alto, 24,6% alto, 57,9% moderado e, 8,8% baixo.

Figura 6 – Impacto da cultura organizacional da PMGO na promoção dos conhecimentos de IDV

16 - Qual o impacto da cultura organizacional da PM de Goiás na promoção dos conhecimentos de IDV na tropa?  
57 respostas



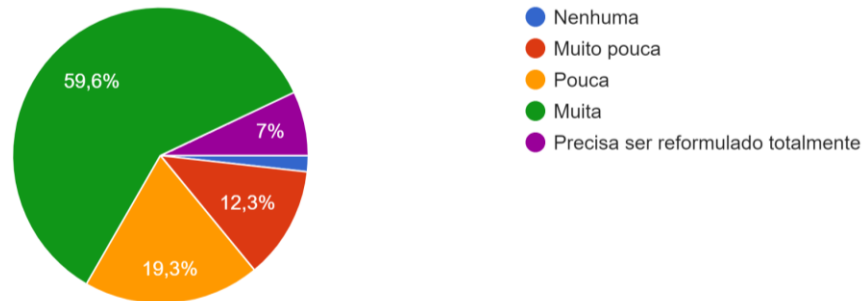
Fonte: Autor (2024)

Outra indagação feita foi a respeito da cultura organizacional da Polícia Militar na promoção dos conhecimentos de IDV. Observou-se que 12,3% indicam que essa cultura influencia de forma muito positiva, 52,6% apontam que influenciam positivamente, embora não muito, 0,5% entendem que influencia de forma negativa. É possível, dessa forma, aludir que a cultura policial militar pode contribuir para a qualificação da tropa no que concerne a IDV.

Figura 7 – Necessidade de melhorias nas políticas de ensino de IDV

17 - As políticas de disseminação dos conhecimentos de IDV necessitam de melhorias?

57 respostas



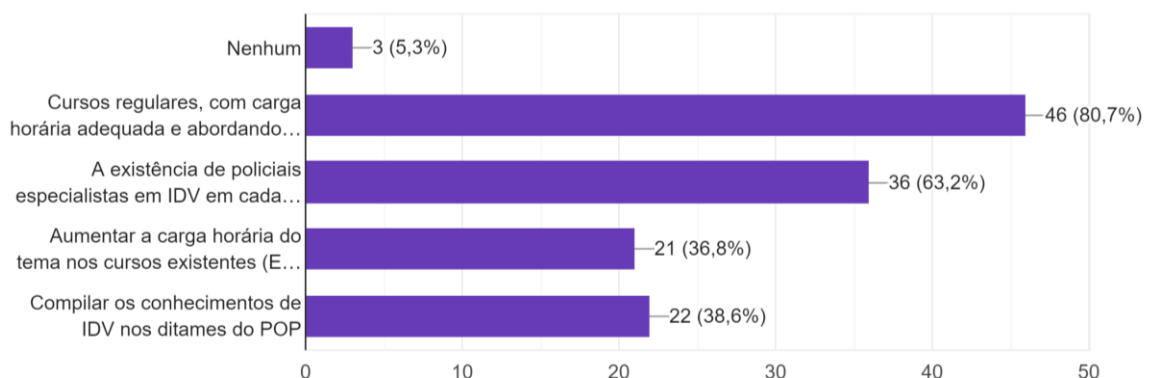
Fonte: Autor (2024)

Além do mais, quando questionado sobre a necessidade de melhorias das políticas de pulverização dos conhecimentos de IDV, 7% entenderam que estas necessitam serem reformuladas, 59,6% que necessitam de muitas melhorias, 19,3% que precisam de poucas melhorias, 12,3% que precisam de muito pouca e somente 1,8% entendem que não há necessidade de melhorias. Dessarte, aduz-se que essas políticas necessitam de melhorias significativas para se adequarem a dinâmica das unidades da Polícia Militar bem assim as necessidades operacionais atuais.

Figura 8 – Possíveis soluções a falta de conhecimentos de IDV na PMGO

18 - Que tipo de apoio adicional você considera necessário para manter a PM de Goiás preparada e atualizada no que diz respeito aos conhecimentos de IDV? Admite-se mais de uma opção.

57 respostas



Fonte: Autor (2024)

Por derradeiro, levantados os possíveis obstáculos, aprofundando-se nessas barreiras, pontuou-se quais seriam as possíveis soluções para se ter uma tropa preparada e atualizada nos conhecimentos atinentes à IDV. Assim, embora não se possa desprezar as demais elencadas bem como aquelas que não foram citadas no rol do questionário, duas alternativas se ressaltaram, quais sejam: Cursos regulares, com carga horária adequada e abordando temas indispensáveis à prática policial e a existência de policiais especialistas em IDV em cada unidade do estado de Goiás, sendo que aquela foi indicada por mais de 80% dos entrevistados e esta por aproximadamente 63%, indicando que os cursos oferecidos pela Polícia Militar de Goiás podem não estar atendendo as necessidades da tropa de modo a suscitar uma alteração nos métodos atualmente utilizados.

Além do mais, a título de complemento, como já foi mencionado, procedeu-se a entrevista com profissional da área de ensino da corporação. Assim, delineou-se de forma sistemática um roteiro de perguntas a serem propostas com o fito de refletir acerca do tema. Passou-se pelos critérios de implementação dos cursos na Polícia Militar, conjugados a importância do tema em estudo frente a esses critérios, a correlação com a atividade operacional, os recursos fornecidos pela instituição, a adequação dos cursos aos anseios operacionais, os esforços institucionais a fim de melhor gerir esses conhecimentos na tropa, a frequência dos cursos/instruções acerca do tema bem assim as barreiras e as possíveis soluções a estas.

De acordo com o entrevistado, os cursos na Polícia Militar de Goiás são implementados mediante proposta das unidades ou pela própria instituição observada a demanda de instrução na área. Nessa perspectiva, o curso de IDV assume uma importância elementar uma vez que se trata de conhecimento basilar que o Policial Militar deve possuir para o desenvolvimento do trabalho operacional, não sendo tratado como um curso avulso a ser ministrado, mas como um conhecimento básico que deve permear a formação e toda a carreira do policial. Pontuou, ainda, que a eficácia operacional do policial militar passa essencialmente pelos conhecimentos de IDV, embora não exista estudos que comprove tal premissa.

Quanto ao que a Polícia Militar fornece a tropa para a qualificação acerca do tema, destacou a complexidade da atividade policial exigindo do militar uma vasta gama de conhecimentos que vão interferir em saber fazer, colocar em prática bem como uma mudança de comportamento de modo que este discipline sua vontade com vistas a engendrar nele a vontade de fazer a diferença, ou seja, exige-se muito mais do profissional querer ter aquele

conhecimento do que de uma ação da instituição. Frisou, também, que não é factível transmitir um conhecimento aprofundado de IDV a todos os policiais militares do Estado de Goiás, pois se exige do profissional um treinamento através da prática do dia a dia da atividade operacional de modo a aperfeiçoar seu conhecimento, ou seja, não obstante a instituição tenha a melhorar formação/atualização na área, a qualificação do policial depende muito mais dele.

A luz dos ensinamentos passados pelo entrevistado, o básico no que tange a IDV é passado aos policiais para o desenvolvimento das atividades corriqueiras. Outrossim, dada a importância do tema e seu dinamismo é salutar uma maior dedicação da instituição voltados a investimentos em equipamentos com o que há de mais moderno em tecnologia.

No que diz respeito às barreiras, trouxe a baila um ponto não mencionado diretamente ao longo de todo o estudo deste artigo, a reserva/proteção dos conhecimentos existentes acerca do tema, em que alguns assuntos não chegam a tropa por liberalidade de quem o detém em razão de considerá-lo sensível ao ponto de até mesmo alguns policiais não poderem acessá-lo, gerando uma barreira interna.

No que tange a solução dessas barreiras, por fim, ressaltou a criação de um grupo ou uma comissão responsável por manter esse conhecimento atualizado, à semelhança do que ocorre com as atualizações do POP, que estivesse constantemente agregando informações para atualização dos grupos de multiplicadores nas unidades em todo o estado, para manter a regularidade na atualização. Pontuou, ainda, que a figura do tenente é fundamental nesse processo em razão da autoridade e proximidade que possui frente à tropa, sendo importante ter, ainda na formação dos oficiais, cursos mais robustos de modo a preparar o futuro tenente para ser um multiplicador.

Para mais, o questionário e a entrevista materializou um dos processos de treinamento suscitado no capítulo “2 Revisão Teórica”, o diagnóstico pois, através da pesquisa de campo, identificou-se as carências, ou seja, a diferença entre o que ela deveria saber e aquilo que ela realmente sabe, quando perguntado, por exemplo, com que frequência tinha acesso aos conhecimentos de IDV, qual a frequência ela considera ideal para se manter atualizado bem como a análise dos planos de ensino do CFO, CHOA, CAS, EAS e EAC (Chiavenato, 2014, p. 317).

Ainda assim, ao se vislumbrar possíveis soluções tanto na aplicação do questionário, quando se indaga quais as possíveis barreiras aos conhecimentos de IDV, quanto na entrevista, ao se propor a mesma pergunta, vislumbra-se um esboço singelo de um possível

desenho, segunda etapa em que se perfaz o treinamento (Chiavenato, 2014, p. 318). Aqui também se nota a essencialidade em se considerar as características do policial militar o qual não pode ser retirado da atividade em sua regional todas as vezes que for necessário treiná-lo, por exemplo.

## 5 CONCLUSÃO

A identificação de Fraudes Veiculares, dessarte, traveste-se, assim, de tema ímpar no que concerne ao policiamento ostensivo preventivo pois transcende a qualidade de curso (avulso a ser aplicado) sendo conhecimento elementar e indissociável da prática policial militar. Dessa maneira, almejou-se buscar as duas facetas que permeiam o tema, ou seja, a visão da tropa por intermédio do questionário aplicado na Polícia Militar de Goiás bem como a ótica do profissional da área de ensino da PMGO. Assim, vislumbrou-se conjugar os métodos utilizados de modo a ter-se uma maior fidelidade dos resultados.

Além do que, no decurso da pesquisa, levantou-se algumas supostas barreiras a disseminação dos conhecimentos de IDV na tropa da PMGO bem como hipóteses de soluções a estas, que era o intuito da presente pesquisa. Além desses empecilhos, observados como principais, no desenvolvimento da pesquisa, observou-se outros tão importante quanto estes, como falta regularidade de cursos na área bem assim um maior pragmatismo desses cursos e a sensibilidade atribuída a algumas informações, suscitando-se outro como também relevante, que inclusive se contrapõe a este último, a reserva/proteção dos conhecimentos existentes acerca do tema.

Quanto à reserva/proteção de conhecimentos, uma questão se torna fundamental, até que ponto os temas de IDV devem ser protegidos de modo a não prejudicar a atividade operacional, uma vez que, se o conhecimento não chega naquele que está diuturnamente abordando pessoas e veículos, não terá utilidade tampouco se alcançará resultados. Aduz-se, destarte, que alguns conhecimentos podem até não ter a necessidade de chegar ao policial da viatura diária, ou mesmo ser necessário o seu sigilo em relação a tropa, porém deveria ser tratado como exceção posto que não deve haver essa proteção quanto ao conhecimento de IDV como um todo, principalmente, aquele concernente diretamente à prática policial rotineira.

Pontua-se, também, a importância de se manter a regularidade da transmissão dos conhecimentos de IDV, a imprescindibilidade elementar desse conhecimento para a atividade

operacional e a necessidade de mudanças substanciais senão de uma reformulação nas metodologias atuais, pois embora tenha-se elencado que o básico necessário para a atividade da viatura ordinária é fornecido pela instituição, faz-se imprescindível a implementação de instruções, não de cursos, bem como de um grupo/comissão responsável para atualização de multiplicadores nas unidades em todo o estado.

Atinente às possíveis soluções das dificuldades encontradas, para mais, levantou-se ao longo do estudo que montar um manual, a semelhança do POP, ou mesmo capacitar policiais selecionados em todas as regionais do estado, de modo a se ter especialistas na área, seria o estandarte. Pontua-se, porém, que, mesclada a ideia surgida quando da entrevista com o gestor, a criação de uma comissão responsável por manter a tropa atualizada em conhecimentos de IDV, assim como existe para o POP, juntamente com a concepção de multiplicadores em todas as regionais do estado, se torna uma solução mais viável, prática e com potencial de resultados mais eficazes, considerando as peculiaridades da atividade policial, que necessita mais de instrução do que cursos, em que o remanejamento do policial, para estar se atualizando com frequência, poderia causar muito mais prejuízos do que benefícios, dado que sua ida para a academia, por exemplo, reduziria o efetivo da unidade de origem.

Para mais, no desenvolver da pesquisa algumas limitações foram encontradas. Para o estudo se desenvolver mais fluido e não ser negligenciado pontos importantes da pesquisa a experiência institucional se tornaria salutar. Além do que, não obstante o questionário aplicado não identificasse o autor das respostas, o policial oferecia certa resistência a respondê-lo principalmente em razão da cultura organizacional que prega o sigilo dentro da instituição. Além do mais, poucos estudos foram encontrados acerca do tema.

Ademais, dado os resultados obtidos bem assim as lacunas identificadas na condução da pesquisa, fica a sugestão para que a instituição PMGO foque na criação de uma comissão de atualização de IDV, aos moldes da comissão de atualização do POP, de modo a vislumbrar sua aplicabilidade na ceara da identificação veicular com multiplicadores em cada regional do Estado de Goiás.

Bem como, que a Polícia Militar de Goiás, juntamente com as outras polícias militares dos demais estados, provoquem os órgãos responsáveis pela regulamentação dos elementos identificadores dos veículos automotores no sentido de sugerir uma padronização desses, sua gramatura, localização, forma de feitura, etc. O CONTRAN, por exemplo, poderia ser um desses órgãos, uma vez que é órgão máximo consultivo e normativo do Sistema

Nacional de Trânsito, responsável por regulamentar a legislação de trânsito, através de suas resoluções, prescindindo de lei nesse sentido, tornando uma medida com menos rigores burocráticos.

Faz-se necessário, também, que seja dada ênfase na análise de ocorrências policiais em que se utilizou de conhecimentos de IDV bem assim voltar-se os olhares mais para instruções práticas em detrimento de cursos com teoria excessiva, sem, contudo, desprezá-los visto que o conhecimento teórico é fundamental.

Dessa forma, a discussão acerca da Identificação de Fraudes Veiculares é fundamental visto que se trata de conhecimento básico e elementar à atividade policial, pois diuturnamente abordam-se diversos veículos e muitos são submetidos a identificação, sem contar que a grande maioria dos veículos furtados/roubados se relaciona direta ou indiretamente com os mais variados crimes. Assim, o presente estudo trouxe relativa evolução no tema, pois embora não se tenha comprovado soluções ao problema refutou-se algumas hipóteses bem como fez surgir outras ao longo do estudo, além de ter viabilizado, também, a possibilidade de uma nova linha de pesquisa, voltado mais aos métodos de disseminação dos conhecimentos de IDV utilizando-se de artifício já idealizado pela Polícia Militar de Goiás e que vem dando certo (comissão de atualização do POP).

## REFERÊNCIAS

BAYLEY, David H. Padrões de Policiamento: Uma análise institucional comparativa. Tradução: Renê Alexandre Belmonte. 2º Ed reimpresso. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

BERGUE, Sandro Trescastro. **Gestão de pessoas: liderança e competências para o setor público**. -- Brasília: Enap, 2019.

BITTNER, Egon. **Aspectos do Trabalho Policial Vol. 8**. Tradução: Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo, 2003. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=NV\\_6q4ncEGAC&oi=fnd&pg=PA9&dq=administra%C3%A7%C3%A3o+do+trabalho+policial&ots=-B8e9vx18N&sig=KDPL4F0SgCVJwLKTskPwOX7bc#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=NV_6q4ncEGAC&oi=fnd&pg=PA9&dq=administra%C3%A7%C3%A3o+do+trabalho+policial&ots=-B8e9vx18N&sig=KDPL4F0SgCVJwLKTskPwOX7bc#v=onepage&q&f=false). Acesso em: 03 de setembro de 2023.

BOTELHO, Alisson; MADURO, Marcia Ribeiro. **A capacitação continuada como fator de desenvolvimento, atualização e assimilação de competências dos policiais militares do comando de policiamento metropolitano**. Revista Nova Hileia. Vol. 3. Nº 2, jul - dez 2017.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Técnicas e Procedimentos de Identificação Veicular**. Brasília, DF, 2021, 05 p.

GOIÁS. **Lei Ordinária 15.704 de 20 de junho de 2006**. Diário Oficial do Estado de Goiás. Palácio Do Governo Do Estado De Goiás, em Goiânia, aos 20 de junho de 2006, 118 o da República.

CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 4. ed. Barueri, SP: Editora Manole, 2014.

CARDOSO, Hélio da Fonseca. **Veículos automotores** – Identificação, vistoria, inspeção, perícia, avaliação e recall. 2. ed. São Paulo: Leud, 2018.

GREENE, Jack R.. **Administração do Trabalho Policial - Questões e Análises Vol. 5**. Tradução: Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo, 2007. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-R&lr=&id=ziAVnD33AU0C&oi=fnd&pg=PA43&dq=administra%C3%A7%C3%A3o+do+trabalho+policial&ots=b6gQ6LldCZ&sig=Gwqd2aTcrbIWAHDUFO6gzuiDwL0#v=onepage&q&f=false>

MENKE, Ben A.; WHITE, Mervin F.; CAREY, William L. **Profissionalização da Polícia: em busca de excelência ou de Poder Político**. In: GREENE, Jack R. (ORG.); PINHEIRO, Ana Luísa Amêndola (TRAD.). **Administração do Trabalho policial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007, Cap. 4.

MONJARDET, Dominique. **O que faz a polícia: sociologia da força pública**. São Paulo; EDUSP; 2002.

POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS. **Plano nº 4 / 2023 pm/dir.ens-capm-16345 matriz curricular Curso de formação de Oficiais**. Goiás, 2023.

POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS. **Plano nº 34 / 2023 pm/dir.ens-capm-16345 Curso de Habilitação de Oficiais Auxiliares / 19ª Turma-2024**. Goiás, 2023.

POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS. **Plano nº 2 / 2024 pm/soep-capm-21916 plano de curso Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (1ª turma - 2024)**. Goiás, 2024.

POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS. **Plano nº 10 / 2023 pm/dir.ens-capm-16345 Plano de curso Estágio de Adaptação de Sargentos**. Goiás, 2023.

POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS. **Plano nº 11 / 2023 pm/dir.ens-capm-16345 plano de curso Estágio de Adaptação de Cabos**. Goiás, 2023.

SENADO FEDERAL. **PF acha na Bolívia milhares de carros roubados no Brasil**. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/465669/noticia.htm?sequence=1&isAlloWed=y>. Acesso em: 10 de abril de 2024 às 19h00min.

SOUSA, Roger Sherman Ferreira de. **Formação Policial Militar: A aplicação da matriz curricular nacional na formação dos oficiais da Polícia Militar do Ceará**. Rio de Janeiro, 2010, p. 26. Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/37264/1/2010\\_tcc\\_rsf Sousa.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/37264/1/2010_tcc_rsf Sousa.pdf) Acesso em 01 de março de 2024.

VANAGUNAS, Stanley. **Planejamento dos Serviços Policiais Urbanos**. In: GREENE, Jack R. (ORG.); PINHEIRO, Ana Luísa Amêndola (TRAD.). **Administração do Trabalho policial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007, Cap. 2.

### **APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DA ENTREVISTA AO GESTOR, OFICIAL SUPERIOR DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS**

1. Quais os critérios de escolha dos cursos que são implementados na Polícia Militar de Goiás?
2. Considerando esses critérios, o curso de Identificação de Fraudes Veiculares assume qual importância?
3. Existe uma correlação entre os conhecimentos de IDV e a eficácia operacional do trabalho policial?
4. A PM de Goiás fornece recursos suficientes (cursos com carga horária adequada, material adequado, regularidade adequada dos cursos) para a capacitação da tropa em conhecimentos de IDV?
5. Os cursos e instruções de IDV na PM de Goiás é adequado a necessidade operacional?
6. A necessidade dos conhecimentos de IDV para atividade operacional são suficientemente importantes a ponto de demandar uma maior dedicação da polícia militar na implementação de mais recursos e investimentos nessa área?
7. Com que frequência deveria haver cursos de Identificação de Fraudes Veiculares (IDV) para a tropa de modo a mantê-la sempre atualizada?
8. Quais são as maiores barreiras à disseminação dos conhecimentos de IDV na PM de Goiás ?
9. Quais medidas poderiam ser adotadas para disseminar o conhecimento de IDV na Polícia Militar de Goiás?

### **APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DE GOIÁS**

01 - Qual é o seu gênero?

Masculino/ Feminino/ Prefiro não dizer

02 - Qual é a sua faixa etária?

Menos de 25 anos/ 25-34 anos/ 35-44 anos/ 45-54 anos/ Mais de 55 anos

03 - Há quanto tempo você está na Polícia Militar do Estado de Goiás?

Menos de 5 anos/ 5 a 7 anos/ 8 a 11 anos/ 12 a 16 anos/ 17 a 21 anos/ 22 a 25 anos/  
26 a 28 anos/ Mais de 29 anos.

04 - Atualmente, você participa de algum curso de Identificação de Fraudes Veiculares oferecido pela PM de Goiás?

Sim/Não

05 - Com que frequência você tem acesso a cursos de Identificação de Fraudes Veiculares?

Todos os anos/ A cada 2 ou 3 anos/ A cada 4 ou 5 anos/ A cada 6 ou 7 anos/ Mais de 07 anos

06 - Qual a frequência que você considera ideal para manter-se atualizado em relação aos conhecimentos de Identificação de Fraudes Veiculares (IDV), de modo a prestar um bom serviço para a sociedade?

Todos os anos/ A cada 2 ou 3 anos/ A cada 4 ou 5 anos/ A cada 6 ou 7 anos/ Mais de 07 anos

07 - Com que frequência, no exercício profissional, você necessita dos conhecimentos atinentes aos conhecimentos de IDV?

Nunca uso/ Muito pouco/ Pouco frequente/ Frequente/ Muito frequente/ Sempre

08 - Quais são as maiores barreiras para o acesso aos conhecimentos de IDV? Admite-se a marcação de mais de um item?

Falta de interesse da tropa/ Falta de incentivo por parte da Corporação/ Falta de disponibilidade de cursos regulares na área/ Intervalo muito grande entre os cursos disponibilizados/ Pouca carga horária dos cursos disponíveis/ Falta de sistematização dos conhecimentos de IDV/ Ausência de uma legislação específica quanto a padronização dos elementos identificadores dos veículos (local de aposição de chassi, motor, targeta, etc)/  
Outros\_\_\_\_\_

09 - Você acredita que há uma correlação direta entre os conhecimentos de IDV e a sua eficácia operacional no trabalho?

Nenhuma / Muito pouca/ Pouca/ Muita/ Estão diretamente ligados

10 - O acesso a cursos e instruções de IDV na PM de Goiás é adequado?

Não/ Muito pouca/ Pouca/ Muita/ É absolutamente adequado

11 - A PM de Goiás fornece recursos suficientes (cursos com carga horária adequada, material adequado, regularidade adequada dos cursos) para a capacitação da tropa em conhecimentos de IDV?

Nenhum/ Muito pouca/ Pouca/ Muita/ Todos os recursos necessários

12 - Os Cursos oferecidos pela PM de Goiás atendem às necessidades operacionais atuais?

Nenhum/ Muito pouca/ Pouca/ Muita/ Atende todas as necessidades operacionais atuais

13 - Você considera que recebeu instruções de IDV adequadas ao desempenho de suas funções como policial militar?

Nenhuma/ Muito pouca/ Pouca/ Muita/ Recebi todas as instruções necessárias

14 - A instituição Polícia Militar motiva, através de seus superiores, os policiais a buscar conhecimentos de IDV?

Sempre/ Às vezes/ Raramente/ Nunca

15 - Como você classifica a seu próprio interesse por conhecimentos de IDV?

Muito alta/ Alta/ Moderada/ Baixa/ Muito baixa

16 - Na sua opinião, qual o impacto da cultura organizacional da PM de Goiás na promoção dos conhecimentos de IDV na tropa?

Muito positivo/ Positivo/ Neutro/ Negativo/ Muito negativo

17 - As políticas de disseminação dos conhecimentos de IDV necessitam de melhorias?

Nenhuma/ Muito pouca/ Pouca/ Muita/ Precisa ser reformulado totalmente

18 - Que tipo de apoio adicional você considera necessário para manter a PM de Goiás preparada e atualizada nos que diz respeito aos conhecimentos de IDV?

Nenhum/ Cursos regulares, com carga horária adequada e abordando temas indispensáveis à prática policial/ A existência de policiais especialistas em IDV em cada unidade do estado de Goiás/ Aumentar a carga horária do tema nos cursos existentes (EAC, EAS, CAS, CHOA e CFO)/ Compilar os conhecimentos de IDV nos ditames do POP/ Outros

---